

Nova era

Rogério L. Furquim Werneck*

Com o senso de oportunidade e a grandiloqüência de sempre, o ministro Tarso Genro não teve melhor idéia do que proclamar, já na noite de domingo, que a reeleição de Lula marcava o “fim da era Palocci” e da “preocupação neurótica com a inflação, sem pensar em distribuição de renda e crescimento.” Não foi surpreendente que a proclamação tenha sido pronta e frontalmente desautorizada pelo Planalto. Afinal o presidente acabava de emergir de longa campanha eleitoral na qual se esfalfara para convencer 58 milhões de eleitores que seu governo tinha sabido combinar com sucesso redistribuição de renda, inflação baixa e três anos de crescimento econômico. Lula não tinha como deixar passar em branco a leveza com que seu ministro se dispôs a desqualificar, com uma só frase, tudo que havia sido ressaltado na campanha como feitos da política econômica do primeiro mandato. Mas o incidente teria pouco interesse se envolvesse apenas o comportamento desastrado de um ministro de Estado lotado no Palácio do Planalto. O que mais chama a atenção no episódio é a forma desabrida com que começa a ser travada dentro do governo a disputa pelo controle da política econômica do segundo mandato.

Já se delineia com nitidez pelo menos um lado das forças envolvidas nessa disputa. Aliada a Tarso Genro, a ministra Dilma Rousseff não mede esforços para manter Guido Mantega no Ministério da Fazenda e, se possível, reverter a independência operacional *de facto* que acabou sendo assegurada ao Banco Central no primeiro mandato. Dilma Rousseff consegue ser menos desastrada na tentativa de defender que a era Palocci ficou para trás. “Aquela política tinha um sentido bastante claro. O País estava com uma inflação de dois dígitos. Nesse sentido, o primeiro momento acabou porque concluímos um conjunto de ajustes. Isto não significa que estabilidade econômica deixe de ter valor.” A preocupação agora é outra, esclarece a ministra. “O crescimento será a obsessão do segundo mandato”.

Com base nas posições assumidas pelos três ministros no debate econômico dos últimos anos, é difícil não ver com ceticismo a idéia de que a canoa da política macroeconômica poderá ser conduzida a bom porto pelas mãos firmes de Guido Mantega, seguindo rumo ditado por Dilma Rousseff, coadjuvada por Tarso Genro. É preciso lembrar, por exemplo, que há cerca de 12 meses, a ministra Dilma Rousseff deixou mais do que clara a exata medida do valor que diz atribuir à estabilidade, ao declarar à mídia que achava preferível ter inflação de 15% ao ano e mais recursos para investimentos. Na época -- há não mais de um ano, vale repetir -- inflação de dois dígitos não lhe parecia problema tão grave assim.

A idéia de fazer do crescimento uma obsessão é perfeitamente defensável. O que é difícil é conciliar tal obsessão com outras obsessões que a ministra Dilma Rousseff e o governo continuam se dando ao luxo de nutrir, não obstante o efeito deletério que vêm tendo sobre decisões de investimento do setor privado. Um bom exemplo é a obsessão de levar à frente a ferro e fogo um modelo para o setor elétrico que contraria princípios econômicos elementares, e que só vem sendo mantido precariamente de pé à custa de injeções maciças e crescentes de recursos públicos, que poderiam ter uso bem mais nobre em outras áreas. Outro exemplo é a obsessão de continuar mantendo investidores privados em projetos de infra-estrutura submetidos a regras mutantes e pouco claras, aplicadas por agências reguladoras tripuladas sem um mínimo de critério e tratadas pelo governo com lamentável descaso.

Causa também preocupação o retrospecto dos três ministros no que diz respeito às posturas que assumiram diante das questões fiscais enfrentadas pelo governo ao longo do primeiro mandato. É mais do que sabido que o País tem pela frente uma agenda fiscal extremamente complexa. Sem avanços consideráveis nessa agenda, não haverá como viabilizar uma retomada de crescimento econômico sustentado a taxas relativamente altas. E tais avanços devem exigir do governo uma difícil combinação de lucidez e convicção. Lucidez, para entender a verdadeira natureza do imbróglio fiscal. Convicção, para levar adiante os ajustes que se fazem necessários. Não há espaço para improvisações, diagnósticos fáceis e falsas soluções.

* Rogério L. Furquim Werneck, economista, doutor pela Universidade Harvard, é professor titular do Departamento de Economia da PUC-Rio.